

CONSTITUIÇÃO, DEVIDO PROCESSO
LEGAL E COISA JULGADA
NO PROCESSO CIVIL

Blucher

CONSTITUIÇÃO, DEVIDO PROCESSO LEGAL E COISA JULGADA NO PROCESSO CIVIL

**MARCELO NEGRI SOARES
THAÍS ANDRESSA CARABELLI**

2ª edição atualizada
de acordo com o CPC/2015
2019

Constituição, Devido Processo Legal e Coisa Julgada no Processo Civil

© 2019 Marcelo Negri Soares e Tháís Andressa Carabelli

Editora Edgard Blücher Ltda.

Desenvolvimento editorial: *Know-how Editorial*

Revisão técnica: *João Edson Parpinelli*

Revisão de texto: *Lígia Alves*

Acompanhamento editorial: *Isabela Franco Arruda Brasil*

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por
quaisquer meios sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Soares, Marcelo Negri

Constituição, devido processo legal e coisa julgada no
processo civil / Marcelo Negri Soares, Tháís Andressa
Carabelli. -- 2ª edição atualizada de acordo com o
CPC/2015 -- São Paulo : Blucher, 2019.

174 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-375-0 (e-book)

ISBN 978-85-8039-374-3 (impresso)

1. Direito civil 2. Processo civil – Brasil 2. Coisa
julgada – Brasil 3. Devido processo legal I. Título II.
Carabelli, Tháís Andressa

19-0141

CDD 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil : Processo civil

NOTA DOS AUTORES À 2ª EDIÇÃO

Em 16 de março de 2015, por meio da Lei n. 13.105, publicou-se o Novo Código de Processo Civil. Com tamanha alteração no campo do direito processual civil, entendemos por bem revisarmos a primeira edição, a fim de ofertar ao querido leitor a presente obra, devidamente atualizada.

Desta forma, com a intenção de mantermos o mesmo ideal exibido pela primeira edição, ou seja, a abordagem de aspectos importantes e também temas controversos sobre o devido processo legal, a coisa julgada e suas formas de impugnação, a segunda edição do livro foi elaborada.

Esta, por sinal, foi inteiramente revisada, atualizada e ampliada conforme as novas regras processuais exibidas pelo CPC/2015 e doutrinas recentes elaboradas por autores renomados da área do direito processual civil.

Esperamos, humildemente, que esta obra sirva de auxílio aos eternos estudantes do direito, sejam eles graduandos, nobres colegas advogados ou demais membros da sociedade jurídica.

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

O Prof. Dr. *Marcelo Negri Soares* me honrou com o convite para prefaciar a presente obra, que é fruto de sua tese de doutorado, intitulada “Tutela Antecipada na Ação Rescisória”, defendida em novembro de 2013 com muito talento e segurança perante banca examinadora composta pelos eminentes Professores Drs. William Santos Ferreira, José Roberto Neves Amorim, Rodrigo Otávio Barioni, Luiz Guilherme Pennachi Dellore e por mim, na qualidade de seu orientador.

A obra é densa e extensa, principiando pela visão abrangente e estruturante do sistema processual com o capítulo da “Constituição, devido processo legal e coisa julgada no processo civil”. Segue com o estudo sobre a “ação rescisória”, conjugando, ao final, a situação de urgência concernente à “tutela antecipada na ação rescisória”.

O Prof. Marcelo Negri vem presentear a comunidade jurídica com a publicação de sua tese de doutorado, em opção interessante ao dividir o trabalho em três volumes, diante de sua extensão e da completude de cada capítulo.

No primeiro, o Autor aborda o princípio do “devido processo legal” com seus subprincípios como base à garantia constitucional da “coisa julgada”. Neste particular, preocupa-se com seus limites (objetivo e subjetivo), com a sua formação quando envolve decisões interlocutórias e com a polêmica sobre sua existência no processo de execução e cautelar.

O segundo volume destina-se à análise da ação rescisória, dissecando-a em relação aos seus requisitos de admissibilidade, objeto, natureza jurídica e procedimento; também não se furta em desafiar as questões mais candentes que efluem dos tribunais.

O terceiro volume envolve a ainda difícil problemática da “antecipação de tutela” – inserida no Código de Processo Civil há 20 anos – no bojo da ação rescisória. Aqui, lança luzes profundas sobre cada detalhe de seu procedimento, como o momento, pressupostos específicos, a sua fungibilidade com as medidas cautelares e a tutela de evidência.

Como o leitor perceberá, essa trilogia serve de norte para as variadas e complexas questões que acorrem aos tribunais, tendo em vista que o Autor soube aliar a sua experiência como grande advogado, a didática do docente e as reflexões com a pesquisa científica.

Com essas breves palavras, convicto de mais esse sucesso do Autor, como se deu com os seus outros livros (*Factoring* e *Embargos infringentes*), registro a minha honra de ter sido o seu orientador do Doutorado e o privilégio de poder partilhar da amizade de sua belíssima família (Eliane, Matheus e o pequeno Lorenzo).

SÉRGIO SHIMURA

*Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Professor Livre-docente pela PUC-SP.
Professor nos programas de Pós-graduação da PUC-SP
e da Escola Paulista da Magistratura.*

ABREVIATURAS

- ADI – Ação Declaratória de Inconstitucionalidade
- AI – Agravo de Instrumento
- AMB – Associação dos Magistrados do Brasil
- art. – artigo
- CDC – Código de Defesa do Consumidor
- CF – Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988
- CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CPC – Código de Processo Civil
- EC – Emenda Constitucional
- ED – Embargos de Declaração
- EUA – Estados Unidos da América
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- RE – Recurso Extraordinário
- REsp – Recurso Especial
- RISTF – Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal
- RISTJ – Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça
- RT – Editora Revista dos Tribunais
- ss. – seguintes
- STF – Supremo Tribunal Federal
- STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

NOTA DOS AUTORES À 2ª EDIÇÃO	5
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO	7
ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	15
Evolução do processo	15
Acesso à justiça (devido processo legal constitucional) e o estudo da coisa julgada	18
1. CONSTITUIÇÃO, PROCESSO E DEVIDO PROCESSO LEGAL	21
1.1 Processo e Constituição	21
1.2 Devido processo legal como princípio e como garantia	23
1.2.1 Aspectos históricos	24
1.2.2 Conceito de devido processo legal	25
1.2.3 Devido processo legal processual	28
1.2.3.1 Princípio do contraditório e ampla defesa	29
1.2.3.2 Direito à prova	31
1.2.3.3 Princípio da isonomia	32
1.2.3.4 Princípio da adequação: processo regular e processo justo	33
1.2.3.5 Princípio do acesso à justiça e inafastabilidade	35
1.2.3.6 Princípio da motivação das decisões	39
1.2.4 Devido processo legal substantivo	44
1.2.4.1 Evolução do conceito na Corte Americana e aplicação no Brasil	45
1.2.4.2 Princípio da proporcionalidade (e conseqüente razoabilidade) ..	47
1.2.4.3 Princípio da duração razoável do processo	48

2. DA COISA JULGADA E AS SUAS FORMAS DE IMPUGNAÇÃO	53
2.1 Introdução.....	53
2.2 Coisa julgada.....	54
2.2.1 Coisa julgada formal e material	56
2.2.2 Decisão de mérito para cabimento da ação rescisória.....	61
2.2.3 Coisa julgada material em decisão interlocutória que julga parcialmente o mérito	65
2.2.4 Cabimento da ação rescisória para as decisões que não resolvem o mérito	67
2.2.5 Natureza jurídica da coisa julgada.....	69
2.3 Limites objetivo e subjetivo da coisa julgada.....	71
2.4 Coisa julgada nas demandas coletivas.....	77
2.4.1 Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	79
2.5 Decisões não sujeitas à coisa julgada material que desafiam ação declaratória de nulidade, <i>querela nullitatis</i> ou ação declaratória de inexistência	82
2.6 Impugnação da sentença com base na existência de erro material	88
2.7 Outras questões polêmicas sobre a coisa julgada.....	91
2.7.1 Coisa julgada no processo de execução	92
2.7.1.1 Extinção normal do processo de execução	96
2.7.1.2 Sentença nos embargos, impugnação e objeção de pré-executividade	98
2.7.1.3 Estabilidade dos efeitos da sentença na execução.....	100
2.7.2 Limites da coisa julgada e a tutela provisória.....	102
2.7.3 O problema de duas decisões em processos distintos, conflitantes entre si, acobertadas pela coisa julgada.....	106
2.7.4 Coisa julgada e sentença parcial de mérito ou decisão interlocutória de mérito – art. 356 do CPC/2015	109
2.7.5 A formação da coisa julgada contra terceiro.....	111
2.7.6 Perempção e coisa julgada	114
2.7.7 Coisa julgada e prestações continuadas ou sucessivas.....	117
2.7.8 Concomitância de embargos de terceiro e recurso do terceiro	121

2.7.9	A questão do agravo pendente após sentença.....	124
2.7.10	Assistência, ausência de intimação e trânsito em julgado.....	126
2.7.11	Trânsito em julgado na insuficiência de provas.....	130
2.7.12	Nulidade de citação e trânsito em julgado	133
2.7.13	Alteração da sentença pelo magistrado e preclusão.....	135
2.7.14	Dispensa do reexame necessário e coisa julgada	141
2.7.15	Inviabilidade do mandado de segurança como instrumento para desconstituição ou suspensão da sentença transitada em julgado	145
2.7.16	Flexibilização ou relativização da coisa julgada e impugnação da sentença inconstitucional dos arts. 525, 535, § 5º, e 1.057 do CPC/2015	148
CONCLUSÃO.....		157
REFERÊNCIAS		159

